

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf JORGE IGOR DE SALES CALMON

**A influência de atores internos e externos como óbice
ao desenvolvimento socioeconômico na região da
Amazônia Ocidental.**



Rio de Janeiro
2023

Maj Inf JORGE IGOR DE SALES **CALMON**

A influência de atores internos e externos como óbice ao desenvolvimento socioeconômico na região da Amazônia Ocidental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: TC Inf JOÃO ANTONIO **PREGNOLATO FILHO**

Rio de Janeiro
2023

C164i Calmon, Jorge Igor de Sales

A influência de atores internos e externos como óbice ao desenvolvimento socioeconômico na região da Amazônia Ocidental. / Jorge Igor de Sales Calmon. - 2023.

57 f.: il. ; 30 cm

Orientação: João Antônio Pregolato Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 54-57

1. Atores. 2. Impactos negativos. 3. Desenvolvimento. 4. Amazônia ocidental.
I Título.

CDD 811.3

Maj Inf JORGE IGOR DE SALES **CALMON**

A influência de atores internos e externos como óbice ao desenvolvimento socioeconômico na região da Amazônia Ocidental.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____.

COMISSÃO AVALIADORA

João Antonio Pregolato Filho - TC Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Bruno Rodrigo de Souza Rosa - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Joel Henrique Fonseca de Ávila - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas oportunidades e conquistas alcançadas, por me dar saúde e perseverança para vencer os desafios diários.

À minha esposa, Ana Maria, pelo amor, companheirismo e fraternidade, proporcionando harmonia e felicidade em nosso lar. Seu apoio e incentivo foram e sempre serão essenciais para as nossas vitórias.

Às minhas filhas, Júlia e Mariana, pelo amor mais puro e genuíno demonstrados, enchendo de motivação e orgulho seus pais.

Ao meu orientador, TC Pregolato, pela paciência, confiança, camaradagem e precisão nos apontamentos dados em cada etapa deste trabalho.

Aos meus pais, Jorge César e Marilda, agradeço pela educação e formação moral que me deram, referências as quais me inspiro para conduzir minha família e profissão.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que este projeto fosse concluído, muito obrigado.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Amazônia Legal.....	11
FIGURA 2	Minerais estratégicos da Amazônia Ocidental.....	19
FIGURA 3	Leonardo DiCaprio e a ativista ambiental Greta Thunberg.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

AED	Ação Estratégica de Defesa
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ED	Estratégia de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
PBM	Plano Brasil sem Miséria
PND	Política Nacional de Defesa
PEEx	Plano Estratégico do Exército
OEE	Objetivos Estratégicos do Exército
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
IAN	Instituto Agrônomo do Norte
IPAC	Instituto de Política Agrícola e Colonização
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MIN	Ministério da Integração Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIN	Projeto de Integração Nacional
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
WWF	World Wide Fund for Nature
ZFM	Zona Franca de Manaus
Zopacas	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de identificar os interesses e as formas de atuação de atores internos e externos que impactam negativamente o nível de desenvolvimento social e econômico dos estados situados na Amazônia Ocidental brasileira. Inicialmente, verificou-se o atual estágio de desenvolvimento social e econômico dos estados da Amazônia Ocidental. Como parâmetro, foi verificado o nível de desenvolvimento da região sudeste e do Brasil em geral. Partindo desse parâmetro, procurou-se identificar os principais atores que exercem influência na região da Amazônia Ocidental, seja com discurso de preservação ambiental ou proteção ao índio, buscando-se demonstrar a imobilização que essa retórica causa ao desenvolvimento social e econômico da região. A partir dessa constatação, procurou-se expor os impactos negativos que a atuação desses atores causam na condição de vida da população e na economia da região. O trabalho também prestou-se a identificar e sugerir formas de atuação do Governo Brasileiro e do Exército Brasileiro, sob a ótica de Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro, para mitigar a influência negativa de certos atores ao desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Ocidental.

Palavras-chave: Atores. Impactos negativos. Desenvolvimento. Amazônia Ocidental.

ABSTRACT

This work is a bibliographical research in order to identify the interests and ways of acting of internal and external actors that negatively impact the level of social and economic development of the states located in the Western Brazilian Amazon. Initially, the current stage of social and economic development of the Western Amazon states was verified. As a parameter, the level of development of the Southeast region and of Brazil in general was verified. Based on this parameter, an attempt was made to identify the main actors who exercise influence in the Western Amazon region, whether with a discourse of environmental preservation or protection of the indigenous people, seeking to demonstrate the immobilization that this rhetoric causes to the social and economic development of the region. Based on this observation, an attempt was made to expose the negative impacts that the actions of these actors cause on the living conditions of the population and on the region's economy. The work also helped to identify and suggest ways for the Brazilian Government and the Brazilian Army to act, from the perspective of Carlos de Meira Mattos and Therezinha de Castro, to mitigate the negative influence of certain actors on the socioeconomic development of the Western Amazon.

Keywords: Actors. Negative effects. Development. Western Amazon.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 O PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	14
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	14
2. METODOLOGIA	155
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	15
2.2 COLETA DE DADOS.....	15
2.3 TRATAMENTO DOS DADOS.....	15
2.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	16
3. CARACTERIZAÇÃO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	17
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA.....	17
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL.....	21
3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL.....	23
4. ATORES DO ATIVISMO AMBIENTAL E SUAS INTENÇÕES	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5.1 INFLUÊNCIA NEGATIVA DOS ATORES.....	34
5.2 ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	39
5.3 ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	43
7. CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o quinto maior país em extensão territorial do mundo em área total, com 8.515.767 km². É um dos 10 maiores em população, com total estimado em cerca de 213,3 milhões de habitantes e figura entre as maiores economias do planeta, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 35.935,74 (IBGE, 2023).

O país faz fronteira com 9 países da América do Sul, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Guiana, Peru, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Suriname e com a Guiana Francesa, território ultramarino francês, o que representa uma linha de fronteira com 16.866 km de extensão (BRASIL, 2020).

O Território brasileiro é composto por cinco grandes regiões, com características próprias. É a divisão oficial do país, estabelecida em 1970, como forma de facilitar a realização de pesquisas e a realização de Políticas Públicas, sendo elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Brasil, 2020 e IBGE, 2023).

A região Norte corresponde a mais de 45% do Território Nacional e se caracteriza por possuir uma baixa densidade populacional e extensa faixa de fronteira. A região amazônica, por toda sua grandeza e biodiversidade, com mais 4 milhões de km², representa um dos focos de maior interesse para a defesa (BRASIL, 2020).

A Amazônia Legal é uma região que abrange nove estados brasileiros, a saber: Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, totalizando uma área de cerca de 5 milhões de km², o que corresponde a mais de 60% do território nacional. A região foi delimitada pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e tem como principais objetivos planejar e promover o desenvolvimento da região por parte do governo brasileiro. Além disso, a Amazônia Legal possui grande importância econômica, abrigando importantes atividades como a produção e extração de madeira, a mineração, a pesca e a produção agropecuária (IBGE, 2023 e SUDAM, 2021).



Figura 1: Amazônia Legal (Fonte IBGE, 2014)

Consoante com o estabelecido no parágrafo primeiro, do artigo 1, do Decreto-Lei nº 356/1968, a Amazônia Ocidental é a região do Brasil constituída pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, ocupando uma área de 2.184.751 km², de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 1968 e IBGE, 2022).

A importância da região amazônica para o Brasil é destacada por Therezinha de Castro. A autora ressalta que a região detém uma enorme diversidade biológica, que possui potencial econômico exponencial se explorada. Além disso, a região também abriga importantes recursos naturais, como minérios, madeiras nobres e combustíveis fósseis, que são essenciais para a economia brasileira. A Amazônia também possui um papel estratégico na geopolítica mundial, uma vez que faz fronteira com diversos países da América Latina, o que torna a região importante para a segurança nacional do Brasil. Therezinha também destaca a cobiça internacional em torno da Amazônia brasileira, alertando para ameaças reais à soberania nacional resultante dos estudos científicos relativos ao grau de destruição da floresta e do humanismo faccioso gerado mundialmente em torno da proteção dos índios (CASTRO, 2011).

Segundo Reinaldo Dias, em sua obra *Introdução às Relações Internacionais*, ator internacional é qualquer entidade que possua capacidade de influenciar ou modificar as relações entre Estados e, por conseguinte, os rumos do sistema internacional. Essas entidades podem ser Estados, Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais (ONG), empresas multinacionais, grupos

religiosos, movimentos sociais, indivíduos, meios de comunicação, opinião pública, organizações criminosas, entre outros (DIAS, 2019).

O desenvolvimento econômico pode ser definido como um processo de avanço das condições econômicas de determinada região, por meio do incremento da produção de bens e serviços, do aumento da renda per capita e da circulação financeira e da redução da pobreza. Esse processo pode ser alcançado principalmente por meio de políticas públicas e investimentos privados que visam estimular o crescimento econômico. Como exemplo pode-se citar investimentos em infraestrutura, captação de recursos no exterior, investimentos em educação, saúde, tecnologia, entre outros (IBGE, 2023 e ONU, 2023).

Já o desenvolvimento social refere-se ao processo de melhoria das condições de vida de determinada população. Pode ser alcançado por meio da inclusão social, igualdade de oportunidades, diminuição da desigualdade de renda, melhoria da qualidade de vida, entre outros fatores. Para isso, as políticas públicas devem ser estabelecidas com o intuito de fornecer justiça social. Programas de assistência social, políticas de igualdade racial, políticas de inclusão educacional, entre outros, são exemplos de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social (IBGE, 2023 e ONU, 2023).

O Brasil, em particular a região amazônica, detém significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas. No Atlântico Sul, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - Zopacas, percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região (BRASIL, 2020).

Organismos Internacionais, Empresas Transnacionais, Governos estrangeiros e ONG atuam e influenciam a região da Amazônia Ocidental brasileira com diversos objetivos. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), por exemplo, possuem projetos declarados voltados para a região amazônica com ênfase em questões

ambientais e socioeconômicas. Já Organizações Não Governamentais, como *World Wide Fund for Nature (WWF)*, *Greenpeace* e a *Rainforest Foundation*, atuam na região promovendo a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Empresas Transnacionais, como a Petrobrás, Chevron, Vale, Total e outras, têm interesse na exploração dos variados recursos naturais situados na região amazônica. Algumas nações, como os Estados Unidos da América, Noruega, Canadá e França, possuem programas de cooperação e investimentos na região e seguidamente têm manifestado preocupações com a situação de preservação da floresta amazônica brasileira (ONU, 2023 e IBAMA, 2023).

1.1 PROBLEMA

Sabendo-se que, a região amazônica, em particular a Amazônia Ocidental, possui recursos que interessam a diversos atores, podendo ser, esses interesses, econômicos, políticos ou científico-tecnológicos.

Conhecendo-se o atual estágio de desenvolvimento socio-econômico dos estados da Amazônia Ocidental, aquém da média geral do Brasil e distante dos índices da região mais desenvolvida do país (Sudeste).

Evidenciando-se o aumento da atuação e do discurso de atores no âmbito nacional e internacional, relativos ao tema da preservação ambiental e discurso de proteção dos povos indígenas, chegou-se ao seguinte problema.

Como atores nacionais e internacionais conseguem influenciar o nível de desenvolvimento econômico e social de estados brasileiros situados na Amazônia Ocidental?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar os interesses e as formas de atuação de atores internos e externos que impactam negativamente o nível de desenvolvimento social e econômico dos estados situados na Amazônia Ocidental brasileira.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de identificar os interesses e as formas de atuação de atores internos e externos que impactam negativamente o nível de desenvolvimento social

e econômico dos estados situados na Amazônia Ocidental brasileira, foram levantados os seguintes objetivos específicos:

a. identificar os atores que atuam na região da Amazônia Ocidental e os seus objetivos;

b. verificar os impactos da atuação desses atores na economia e na condição de vida da população da Amazônia Ocidental;

c. identificar e sugerir formas de atuação do Governo Brasileiro para mitigar a influência desses atores; e

d. identificar e sugerir formas de contribuição do Exército Brasileiro para que o Estado diminua a influência desses atores no desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Com o intuito de atender aos objetivos propostos, este projeto de pesquisa foi delimitado a estudar a região da Amazônia Ocidental, estipulada pelo Decreto-Lei nº 356/1968, que compreende os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Como limite temporal foi estipulado o ano de 2022, buscando-se acontecimentos e dados a partir da segunda metade do século XX, permitindo a realização de uma análise dos efeitos da atuação de atores no estágio de desenvolvimento atual da região a ser estudada.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O referido estudo tem sua devida importância devido ao fato de o Brasil estar inserido no Sistema Internacional, caracterizado pela disputa de interesses dos diversos atores que o compõe. Nas últimas décadas, a temática ambiental tem pautado o discurso político de diversos atores com objetivos que vão além do simples intuito de preservar o meio ambiente. O Brasil, país emergente e maior detentor de floresta tropical do mundo, tem sido alvo de críticas no que diz respeito à preservação da floresta amazônica, e isso tem causado prejuízos ao país e sua população. Dessa feita, essa pesquisa destina-se a identificar atores nocivos ao desenvolvimento do Brasil, em particular da Amazônia Ocidental, e apontar formas pelas quais o Estado pode mitigar essa interferência para que alcance seu objetivo fundamental de desenvolver a referida região.

2. METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa realizou uma abordagem qualitativa a respeito dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica a respeito dos indicadores de desenvolvimento, atores relevantes e iniciativas do Estado no que diz respeito a levantar os principais óbices e compreender os desafios que a Amazônia Ocidental enfrenta para alcançar o desenvolvimento socioeconômico.

Quanto à natureza da pesquisa, foi do tipo aplicada, pois destinou-se a apontar a influência negativa que atores internos e externos exercem no desenvolvimento da Amazônia Ocidental, sugerindo formas de atuação do Governo e Exército Brasileiro para mitigar esses óbices. Também destinou-se a servir de subsídio para pesquisas futuras no que diz respeito à influência de atores internos e externos como óbice ao desenvolvimento da referida região.

Ainda quanto à natureza, este trabalho consistiu-se numa pesquisa de caráter descritivo, pois evidenciou os atores e como eles influenciam negativamente o desenvolvimento social e econômico da Amazônia Ocidental, apontou quais são os seus objetivos declarados e omitidos, levantou os principais aspectos de atraso no desenvolvimento dos estados da Amazônia Ocidental em relação ao restante do país e sugeriu ações e iniciativas para o Estado Brasileiro mitigar a atuação desses atores.

2.2 COLETA DE DADOS

Esta pesquisa realizou o levantamento de dados por meio da coleta na literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas), além de documentos internos produzidos pelo Governo Federal, Estadual e Exército Brasileiro, e pela observação. As consultas e interpretações foram baseadas nos principais Geopolíticos Brasileiros do Século XX, bem como nas principais fontes de pesquisa de trabalhos acadêmicos, como as plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Digital do Exército e EB Revista .

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise dos indicadores de desenvolvimento dos estados da Amazônia Ocidental associada a atuação de atores brasileiros e internacionais na região. Na sequência, verificou-se como esses atores

dificultam o progresso social e econômico da região, levantando como essas entidades criam obstáculos à execução de medidas públicas e privadas que alavancariam a economia e o bem estar da população da região.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método tornou-se limitado pela pesquisa ser realizada basicamente em fontes abertas, e, como muitas vezes os atores presentes na região da Amazônia Ocidental utilizam o discurso de preservação ambiental e proteção dos povos indígenas como pano de fundo, foi necessária a interpretação de circunstâncias, interesses e conjuntura para apontar as reais intenções e objetivos desses atores. Assim, a limitação apresenta-se no sentido de que o autor inferiu e interpretou a atuação de determinados atores a fim de elucidar seus reais objetivos e como esses últimos dificultam o desenvolvimento social e econômico da Amazônia Ocidental. Outra limitação do método consistiu na análise parcial dos atores presentes na Amazônia Ocidental, restringindo-se aos mais relevantes e que a pesquisa em fontes abertas permitiu avaliar.

3. CARACTERIZAÇÃO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA

A importância da Amazônia foi percebida desde a colonização portuguesa no século XVI. A região passou por um período de coadjuvância no cenário nacional e internacional e aos poucos retornou ao centro da atenção e discurso de entidades importantes.

A Amazônia brasileira é o local onde estão as maiores reservas naturais existentes no planeta. O gigantesco bioma em questão, abriga a maior floresta pluvial e a maior biodiversidade do mundo. O patrimônio genético é riquíssimo. A região guarda ainda abundantes e valiosíssimos depósitos de minérios raros e outros recursos naturais altamente estratégicos para a economia nacional e global. O clima do planeta é altamente influenciado pela dinâmica ecológica existente entre a floresta e os ventos alísios que sopram do Oceano Atlântico para o continente. A sua bacia fluvial compõe um dos maiores e mais importantes ciclos hidrológicos da biosfera. A Amazônia possui também o maior aquífero subterrâneo do mundo, o Alter do Chão totalmente inserido em território nacional (ALVARENGA, 2019).

Em 1941, Getúlio Vargas proferiu a célebre frase em Manaus, na qual a amazônia estava “prestes a encerrar um capítulo da História da Terra e iniciar um capítulo na História da Civilização” (DIAS, 2019).

A partir da segunda metade do século XX o Estado brasileiro passou a desenvolver iniciativas para desenvolver e integrar a região da Amazônia Legal. Em 1940, foi criado o Instituto de Política Agrícola e Colonização (IPAC), primeiro órgão criado pelo governo federal para desenvolver a região amazônica. Em 1953, no governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Nos governos militares, em 1970, o Projeto de Integração Nacional (PIN) foi concebido para integrar a Amazônia ao restante do país por meio da construção de rodovias, hidrovias, ferrovias e aeroportos, a fim de facilitar o acesso à região e fomentar o desenvolvimento econômico. Ainda nos Governos Militares foram criados a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável por promover a proteção e integração ao restante do país dos povos indígenas, e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), autarquia federal responsável por planejar, coordenar, executar e controlar as políticas de desenvolvimento econômico e social da região amazônica (CASTRO, 1998).

Segundo Therezinha de Castro, importante geopolítica brasileira do século XX, após a Guerra Fria, o mundo passaria para um novo ciclo geopolítico, sairia da disputa bipolar, Leste-Oeste, entre Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética, para o neocolonialismo econômico. Com isso, “o setentrião desenvolvido, industrializado, bem sabia que, para sobreviver, teria de transformar o setor meridional subdesenvolvido em simples fornecedor de matérias-primas”. Dessa forma, a autora destaca que a Amazônia seria redescoberta pelo mundo, tendo em vista sua vastidão territorial e imensurável riqueza natural (CASTRO, 1998).

Em nível global, a Amazônia é percebida como um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. Coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território (BECKER, 2004).

Em 1989, o então presidente francês, François Mitterrand, fez a seguinte declaração a respeito da Amazônia:

A Amazônia é um domínio de interesse universal. É uma questão que vai além dos países que a circundam. A biodiversidade é um patrimônio da humanidade. O direito de cada país sobre sua biodiversidade não pode ser posto em questão, mas as conseqüências da exploração de uma parte do mundo podem ter efeitos em todo o planeta. Há uma obrigação comum de preservar a natureza, o clima, a atmosfera e a paz (DIAS, 2019).

Carlos de Meira Mattos, geopolítico brasileiro, destacou a magnitude da região amazônica com os seguintes aspectos: representa a vigésima parte da superfície terrestre, quatro décimos da América do Sul, três quintos do Brasil, um quinto da disponibilidade mundial de água doce e um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas. Todavia, o autor ressalta que esse potencial não tem aproveitamento pelo poder nacional, tornando a Amazônia uma região anecúmena (MATTOS, 2011).

O território amazônico é extremamente rico em minérios e metais preciosos. Essa característica torna a região atrativa para exploração econômica por meio do extrativismo mineral, sendo foco de cobiça internacional e fonte primária de diversas estratégias nacionais, principalmente referentes à preservação de seus recursos naturais. Segundo Pinheiro (2019):

Quarenta por cento do território amazônico pertence à era pré-cambriana (Figura 2). Assim, suas sequências sedimentares, intrusões graníticas, derrames vulcânicos e complexos rochosos, apresentam enorme potencialidade de depósitos de ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco,

níquel, cromo, titânio, fosfato, **ouro**, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante.



Figura 2- Fonte de minerais estratégicos da Amazônia Ocidental
Fonte: <http://ludoquimica.blogspot.com>

Com o processo de globalização, países desenvolvidos, que possuem um histórico de apropriação e exploração de recursos em nações em desenvolvimento, elevaram sua busca por novas fontes de matérias primas, energia e, especialmente, água. Diante disso, a Amazônia passa a ser alvo de cobiça internacional, ocasionando a necessidade uma estratégia de defesa eficiente para garantir a soberania e o desenvolvimento regional (COSTA E ALVES, 2018).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou diversos estudos estimando o potencial da diversidade biológica e mineral contida na Amazônia. Apesar de toda essa riqueza potencial, o número de cientistas e pesquisadores brasileiros na região é ínfimo e isso dificulta sobremaneira as pesquisas desenvolvidas na região, em face de uma média de 33.0000 espécies de plantas. Como consequência dessa pouca exploração brasileira e da cobiça de nações com maior desenvolvimento em Pesquisa e Desenvolvimento, o acesso a essas riquezas ocorre de forma clandestina e Estados e Instituições Privadas acabam por apropriar-se da riqueza biológica da Amazônia Brasileira, fazendo surgir a Biopirataria (BECKER, 2004).

A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento do Governo brasileiro de mais alto nível para o desencadeamento de ações destinadas à defesa do País. Expressa seu planejamento em forma de Objetivos Nacionais de Defesa (OND).

A PND expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2020).

Entre os OND presentes na Política Nacional de defesa, o presente trabalho buscará explorar os seguintes:

I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Trata-se de assegurar a condição inalienável de fazer valer os interesses nacionais e de exercer a última instância da autoridade do Estado, sobre o conjunto das instituições, bens nacionais, direitos e obrigações, bem como a estabilidade da ordem jurídica, o acesso e a mobilidade em todo o Território Nacional (BRASIL, 2020).

IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais Trata da preservação da identidade nacional, dos valores, das tradições e dos costumes do povo brasileiro, assim como dos objetivos fundamentais e comuns à toda a Nação, garantindo aos cidadãos o pleno exercício dos direitos e deveres constitucionais (BRASIL, 2020).

A Estratégia Nacional de Defesa (END), é o documento oriundo da PND e orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser adotadas para que os OND sejam alcançados. É a ligação entre o estabelecido pelo Nível Político do País nas questões de Defesa e as ações necessárias para dotar o Estado da capacidade para atender aos seus interesses (BRASIL, 2020).

A END estabelece diversas Estratégias de Defesa (ED) e, dentro dessas, Ações Estratégicas de Defesa (AED) que buscam nortear o Estado brasileiro no que concerne ao atingimento de seus OND. Este trabalho está alinhado com as seguintes ED e AED:

ED - 4 Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País. Significa o compromisso do poder público no sentido de se fazer presente, inclusive nas áreas menos favorecidas do País, para atender necessidades básicas da população, promovendo a integração e a cidadania e consolidando a identidade nacional AED-16 Intensificar a presença de diversos setores governamentais nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica. AED-17 Intensificar a contribuição

de diversos setores governamentais para a proteção, o desenvolvimento e a maior integração da região Amazônica com as demais regiões do País (BRASIL, 2020).

Em consonância com o estabelecido na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro elabora o Plano Estratégico do Exército (PEEx). A mais recente versão deste documento foi elaborada para direcionar o esforço dos investimentos da Força para o quadriênio 2020-2023 e se desdobra em Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), Estratégias, Ações Estratégicas e Atividades, visando dotar a Força Terrestre de Capacidades que a tornem aptas a desempenhar sua missão constitucional (BRASIL, 2020).

Alguns OEE, Estratégias, Ações e Atividades presentes no PEEx já apontam a atuação do Exército Brasileiro no sentido de melhorar o controle, integrar e desenvolver a Região Amazônica, sendo eles: OEE 1 - Contribuir com a Dissuasão extrarregional, Estratégia 1.1 - Ampliação da Capacidade Operacional, Ação Estratégica 1.1.3 - Rearticular e reestruturar a Força Terrestre na Área Estratégica da Amazônia. OEE 7 - Aprimorar a gestão estratégica da informação, Estratégia 7.3 - Aperfeiçoamento da infraestrutura do Sistema de Comando e Controle do Exército, Ação Estratégica 7.3.2 - Ampliar e aperfeiçoar a Rede Corporativa do Exército e Atividade 7.3.2.1 - Implantar uma infraestrutura de rede de dados na Região Amazônica. OEE 14 - Ampliar a integração do Exército à sociedade, Estratégia 14.2 - Ampliação da divulgação das ações da Força, Ação Estratégica 14.2.2 - Elevar o nível de interatividade com a sociedade, principalmente com os formadores de opinião (BRASIL, 2020).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Conforme estabelecido no parágrafo primeiro, do artigo 1, do Decreto-Lei nº 356/1968, a Amazônia Ocidental é a região do Brasil constituída pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, ocupando uma área de 2.184.751 km², de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 1968 e IBGE, 2022).

O estado do Amazonas é uma unidade federativa brasileira localizada na região Norte do país. Possui uma área de 1.559.159,148 km², o que representa cerca de 18% do território brasileiro, sendo o maior estado do Brasil em extensão territorial. Sua população de 4,2 milhões de habitantes confere ao estado uma densidade

demográfica de 2,7 habitantes por km². O Amazonas faz fronteira com a Colômbia e o Peru. Sua cultura é bastante diversificada, composta por influências indígenas, africanas e europeias. Destacam-se a música regional, como o boi-bumbá, o lundu e o carimbó, e as festas populares, como o Festival Folclórico de Parintins e o Carnaval de Manaus. A economia do Amazonas é baseada em atividades como a indústria, o comércio, a agropecuária e a exploração de recursos naturais. O estado é um importante centro industrial, com destaque para a Zona Franca de Manaus, que atrai empresas de diversos setores. Também possui grande potencial para o turismo ecológico, devido à sua rica biodiversidade (IBGE, 2021 e AMAZONAS, 2023).

O estado do Acre é outro ente da federação que compõe a Amazônia Ocidental. Com uma área de 164.123,737 km² é o terceiro menor estado do Brasil em extensão territorial, correspondendo a cerca de 0,2% do território nacional. Fazendo fronteira com o Peru e a Bolívia, o estado possui cerca de 906 mil habitantes, gerando uma densidade demográfica de 5,5 habitantes por km². Em resumo, a cultura do Acre pode ser definida como produto das culturas indígena, europeia e africana. A música regional, a seresta, toada e festas populares como o Festival de Inverno de Rio Branco são exemplos da expressão cultural do estado. O artesanato, confecção de cerâmicas e a tapeçaria também são importantes manifestações culturais da região. A economia é baseada em atividades como extrativismo, agropecuária e turismo. O estado destaca-se na produção de borracha natural no país. Também possui potencial para o turismo ecológico, devido às suas belezas naturais, como a Floresta Amazônica e o Parque Nacional da Serra do Divisor (IBGE, 2021 e ACRE, 2023).

Rondônia apresenta uma extensão territorial de 237.754,172 km², 2,8% do território brasileiro. Em sua porção oeste faz fronteira com a Bolívia por cerca de 1.343 quilômetros. Possui uma população estimada em 1.815.278 de pessoas, conferindo ao estado uma densidade demográfica de 7,6 habitantes por km². A cultura de Rondônia é um misto do que foi herdado de indígenas, africanos e europeus. Suas principais manifestações são o boi bumbá, folclore, carimbó e o forró, tendo como principais festas o Duelo da Fronteira, o Arraial Flor do Maracujá e a Expovil. O estado é a terceira maior economia da Região Norte do País, com destaque para o setor primário, baseado no extrativismo mineral e vegetal e na agropecuária, sendo grande produtor de café, carne bovina, soja e milho (IBGE, 2022 e RONDÔNIA, 2023).

O estado de Roraima está localizado mais a norte da Amazônia Ocidental. Com uma área de 223.644,530 km², faz fronteira com a Venezuela e a Guiana e por cerca de 2.500 km. A população do estado está estimada em 652.713 pessoas, totalizando densidade demográfica de 2,9 habitantes por km². A cultura do estado é influenciada pela herança dos povos indígenas, africanos, europeus e mais recentemente brasileiros que migraram das diversas regiões do país. As festas típicas do estado misturam elementos folclóricos e religiosos, como as novenas, as festas juninas, a exemplo do arraial que ocorre em Boa Vista, e o bumba-meu-boi. Na culinária a cultura é expressa pela paçoca de carne com banana, o pé de moleque feito na folha de bananeira, o guisado de galinha caipira e a caldeirada. Na economia do estado o destaque vai para o setor terciário, que contribui com quase 40% do Produto Interno Bruto. O extrativismo também está presente em Roraima, com o ouro e diamante sendo os mais relevantes (IBGE, 2022 e RORAIMA, 2023).

Baseado no acima descrito, a Amazônia Ocidental pode ser considerada com uma área de 2.184.681,580 km², correspondendo a aproximadamente 25% do território nacional. A região faz fronteira com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana. Possui população aproximada de 7.573.991 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 3,46 habitantes por km². Com isso, a Amazônia Ocidental, apesar de possuir cerca de 25% da extensão territorial, detém apenas 3,5% da população total do Brasil. A cultura da região é produto da miscigenação característica brasileira, com fortes traços dos costumes indígenas. A economia da Amazônia Ocidental é movida basicamente pelos setores primário e terciário, com destaque para o extrativismo vegetal e mineral e para a produção de carne bovina e grãos. O setor secundário oferece alguma contribuição em pontos específicos, com indústrias instaladas próximas às capitais dos estados (IBGE, 2022).

3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Utilizando-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantou-se alguns dados sociais e econômicos com o intuito de mapear o atual estágio de desenvolvimento dos estados que compõem a Amazônia Ocidental.

O índice Gini é utilizado no âmbito internacional por organizações como a ONU e o Banco Mundial, para medir o nível de desigualdade em determinada região e assim fornecer subsídios e implementar políticas para diminuir a pobreza e a exclusão social. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

utiliza o referido índice por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IPEA, 2023).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador de desenvolvimento utilizado internacionalmente e considera dados relativos à educação, saúde e renda. Ele varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento daquele lugar. Pode ser escalonado da seguinte forma: entre 0,8 e 1 são considerados muito elevados, entre 0,7 e 0,799 considerados elevados, entre 0,5 e 0,699 são considerados médios e abaixo de 0,5 considerados baixos (PNUD, 2023).

O Amazonas apresentou os seguintes indicadores sociais e econômicos: Produto Interno Bruto (PIB) 2020 de mais de 116 bilhões de reais, correspondendo a aproximadamente 1,5% do PIB nacional. A contribuição dos setores da economia ficou dividida da seguinte maneira: agropecuária com 3,6% do PIB, Indústria 69,9% e Serviços com 26,5%. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,674, expectativa de vida de 73,9 anos, taxa de mortalidade infantil de 10,9 por mil nascidos vivos, taxa de alfabetização de 93,3% das pessoas com 15 anos ou mais, rendimento mensal per capita R\$ 965,00 e Índice Gini de 0,491. O acesso ao saneamento básico assinala 11% da população com acesso à coleta de esgoto e 77% com acesso à água tratada. A média de leitos é de 1,5 leito para cada mil habitantes (IBGE, 2021, SNIS, 2019 e BRASIL, 2020).

O Acre apresentou os seguintes indicadores sociais e econômicos: Produto Interno Bruto (PIB) 2020 de mais de 16 bilhões de reais, correspondendo a aproximadamente 0,2% do PIB nacional. A contribuição dos setores da economia ficou dividida da seguinte maneira: agropecuária com 19,8% do PIB, Indústria 13,4% e Serviços com 66,8%. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,663, expectativa de vida de 74,6 anos, taxa de mortalidade infantil de 13,2 por mil nascidos vivos, taxa de alfabetização de 93,2% das pessoas com 15 anos ou mais, rendimento mensal per capita R\$ 1.038,00 e Índice Gini de 0,466. O acesso ao saneamento básico registra 23% da população com acesso à coleta de esgoto e 80% com acesso à água tratada. A média de leitos é de 1,5 leito para cada mil habitantes (IBGE, 2021, SNIS, 2019 e BRASIL, 2020).

Rondônia apresentou os seguintes indicadores sociais e econômicos: Produto Interno Bruto (PIB) 2020 de mais de 51 bilhões de reais, correspondendo a aproximadamente 0,7% do PIB nacional. A contribuição dos setores da economia

ficou dividida da seguinte maneira: agropecuária com 24% do PIB, Indústria 23% e Serviços com 53%. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,690, expectativa de vida de 75,8 anos taxa de mortalidade infantil de 11,4 por mil nascidos vivos, taxa de alfabetização de 94,1% das pessoas com 15 anos ou mais, rendimento mensal per capita R\$ 1.365,00 e Índice Gini de 0,466. O acesso ao saneamento básico aponta 23% da população com acesso à coleta de esgoto e 71% com acesso à água tratada. A média de leitos é de 2,2 leitos para cada mil habitantes (IBGE, 2021, SNIS, 2019 e BRASIL, 2020).

Roraima apresentou os seguintes indicadores sociais e econômicos: Produto Interno Bruto (PIB) 2020 de mais de 16 bilhões de reais, correspondendo a aproximadamente 0,2% do PIB nacional. A contribuição dos setores da economia ficou dividida da seguinte maneira: agropecuária com 8% do PIB, Indústria 24% e Serviços com 68%. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,707, expectativa de vida de 73,4 anos, taxa de mortalidade infantil de 16,7 por mil nascidos vivos, taxa de alfabetização de 94% das pessoas com 15 anos ou mais, rendimento mensal per capita R\$ 1.242,00 e Índice Gini de 0,508. O acesso ao saneamento básico indica 7,5% da população com acesso à coleta de esgoto e 64% com acesso à água tratada. A média de leitos é de 2 leitos para cada mil habitantes (IBGE, 2021, SNIS, 2019 e BRASIL, 2020).

A título de comparação, a seguir serão explanados os indicadores sociais e econômicos do Brasil, média nacional: Produto Interno Bruto (PIB) 2020 de mais de 7,4 trilhões de reais, 12ª posição no ranque mundial. A contribuição dos setores da economia ficou dividida da seguinte maneira: agropecuária com 7% do PIB, Indústria 21% e Serviços com 72%. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,765, expectativa de vida de 76,6 anos, taxa de mortalidade infantil de 11,3 mortos por mil nascidos vivos, taxa de alfabetização de 93% das pessoas com 15 anos ou mais, rendimento mensal per capita R\$ 1.650,00 e Índice Gini de 0,543. O acesso ao saneamento básico registra 70% da população urbana com acesso à coleta de esgoto e 93,4% com acesso à água tratada. A média de leitos é de 2 leitos para cada mil habitantes (IBGE, 2021, SNIS, 2019 e BRASIL, 2020).

Serão evidenciados, ainda, os indicadores sociais e econômicos do Estado de São Paulo: Produto Interno Bruto (PIB) 2020 de mais de 2,4 trilhões de reais, correspondendo a aproximadamente 30% do PIB nacional. A contribuição dos setores da economia ficou dividida da seguinte maneira: agropecuária com 2% do

PIB, Indústria 30% e Serviços com 68%. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,783, expectativa de vida de 78,9 anos, taxa de mortalidade infantil de 9,7 por mil nascidos vivos, taxa de alfabetização de 98% das pessoas com 15 anos ou mais, rendimento mensal per capita R\$ 2.148,00 e Índice Gini de 0,478. O acesso ao saneamento básico indica 94% da população com acesso à coleta de esgoto e água tratada. A média de leitos é de 2,5 leitos para cada mil habitantes (IBGE, 2021, SNIS, 2019 e BRASIL, 2020).

4. ATORES DO ATIVISMO AMBIENTAL E SUAS INTENÇÕES

O interesse dos países desenvolvidos pela região amazônica se avultou com o fim da Guerra Fria. A Nova Ordem Mundial marcou a redescoberta do potencial inexplorado e despertou discursos fantasiosos, como a qualificação de “pulmão do mundo”, região que absorve todo o gás carbônico do planeta e que os países da América do Sul destruiriam a floresta antes da virada do século XX. Sabendo-se que esses países desenvolvidos encontram-se próximos da estagnação do seu desenvolvimento, devido à escassez de recursos naturais, e ocupando a maioria das suas fronteiras agrícolas, a internacionalização da Amazônia seria uma alternativa muito oportuna para superar essas adversidades (CASTRO, 1998 e VERENA, 2005).

Alguns chefes de Estado de países desenvolvidos, como François Mitterrand e Mikhail Gorbachov, chegaram a defender que o Brasil deveria abrir mão de sua soberania em relação à região. A Ecologia passou a serviço do neocolonialismo e, a partir daí, foram promovidos diversos encontros e fóruns para discussões e imposições de metas para defesa do meio ambiente, como a Conferência do Rio (1992), Rio+10, Rio+20 e 21ª Comissão das Partes (COP21), em Paris. Um dos motivos que pode explicar a grande preocupação das nações ricas com o tema meio ambiente, especificamente a preservação da amazônia, é como a exploração das riquezas amazônicas pelo Brasil poderia prejudicar economicamente esses países. A exploração em grande escala do ouro, estanho e outros minerais, além do plantio de commodities prejudicaria seriamente o interesse de países como EUA, Inglaterra, França e Alemanha (CASTRO, 1998 e VERENA, 2005).

O surgimento do Fundo Amazônia exemplifica o interesse de países desenvolvidos na região. Criado em agosto de 2008, por meio do Decreto 6.527, do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi concebido com o discurso de captação de recursos não reembolsáveis para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além da promoção de conservação e uso sustentável da Amazônia Legal. Nesse contexto, já recebeu diversas doações, sendo que mais de 90% do arrecadado até hoje foi a Noruega que aportou, seguida da Alemanha. Essa proporção discrepante em doações não revela simplesmente a elevada preocupação do país nórdico com o meio ambiente na amazônia. O governo Norueguês é acionista majoritário da Mineradora Hydro, que desenvolve atividades extrativistas na Região Amazônica, com diversas denúncias de contaminação do

meio ambiente em suas atividades. O discurso ecologista e ambientalista na verdade esconde o interesse nos recursos naturais da região, e o aporte de recursos serve apenas para garantir preferência, quiçá exclusividade, na exploração da riqueza local (BRASIL PARALELO, 2023).

A ativista socioambiental sueca Greta Thunberg é um exemplo de indivíduo que ganhou notoriedade na discussão da preservação ambiental no século XXI. Ainda muito jovem, aos 15 anos, decidiu iniciar uma campanha, denominada “Greve escolar pelo clima”, para pressionar os políticos de seu país a cumprirem as metas ambientais estipuladas no acordo de Paris (2015). Assim, toda sexta-feira ao invés de ir para a escola, Greta sentava-se em frente ao Parlamento Sueco para protestar. Esse gesto ganhou notoriedade na Suécia e espalhou-se pelo mundo, estando presente em mais de 7 mil cidades. A iniciativa também evoluiu para a criação de uma Organização Não Governamental (ONG) intitulada “Sextas-feiras pelo futuro”, com a participação de mais de 14 milhões de pessoas (BBC, 2018, PARALELO, 2022 e POLITIZE, 2022).

A ascensão de Greta como personalidade no combate às mudanças climáticas lhe deram credenciais para, já em 2018, participar da COP24, conferência do clima da ONU, em Nova Iorque, e em 2019 fez parte da Cúpula de Ação Climática também organizada pela ONU. No mesmo ano, a jovem foi eleita pela famosa Revista Times uma das 100 pessoas mais influente do mundo, sendo aclamada pessoa do ano de 2019 pelo mesmo periódico. Apesar da aparente autenticidade do movimento iniciado por Greta Thunberg, há indícios que a jovem tem ligações com organizações e pessoas com interesses econômicos ligados à mudança da matriz energética. O líder do movimento ambientalista sueco *Fossil Free Dalstrand*, Bo Thoren, admitiu em entrevista ter mentorado Greta no que diz respeito à militância ambiental, e, como tem ligação com o influente empresário sueco Ingmar Rentzhog, foi fácil repercutir o movimento teoricamente iniciado por Greta. A história é cercada de desconfiança e omissões. Inicialmente, Rentzhog afirmou ter conhecido Greta casualmente e depois admitiu à revista Times que soube, uma semana antes por Bo Thoren, que o movimento “Sextas-feiras pelo futuro” seria iniciado pela menina. Greta ainda faz parte do conselho consultivo da plataforma fundada por Rentzhog “Não temos tempo”, acompanhada de pessoas como Petter Skogar, presidente da KFO, a maior associação patronal da Suécia, Anders Wijkman, ex-presidente do Clube de Roma e membro do Parlamento Europeu entre 1999 e 2009, David Olsson,

membro do Svenska Bostadsfonden, um dos maiores fundos imobiliários da Suécia (BBC, 2018, PARALELO, 2022 e POLITIZE, 2022).

Há ainda, possibilidade de ligação da ativista com o bilionário George Soros, que é conhecido e abertamente declara investir em iniciativas políticas pelo mundo com o objetivo principal de ganhar dinheiro, inclusive em projetos para viabilizar a produção de energia limpa, livre de carbono, como o *Breakthrough Energy Coalition*, (Coalizão pela Energia Avançada), um fundo composto e criado por bilionários como Bill Gates, Mark Zuckerberg e Jack Ma (BBC, 2018, PARALELO, 2022 e POLITIZE, 2022).

As Organizações Não Governamentais ligadas à defesa do meio ambiente estão diretamente ligadas com o início do movimento ambientalista. Iniciado no ápice da Revolução Industrial, fruto do impacto que as atividades produtivas e a urbanização produziam no meio ambiente, principalmente com a poluição dos rios ingleses, o movimento ambientalista ganhou vulto após a detonação das duas bombas nucleares no Japão, em 1945. Em 1948, foi criada na França a União Internacional da Proteção da Natureza, em 1961 a *World Wide Fund for Nature* (WWF) e em 1971 o Greenpeace. Tais organizações tiveram atuação relevante e justificada, principalmente, devido à tensão de uma possível Guerra Nuclear entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no período entre 1947 e 1991 (PARALELO, 2023).

Nesse período, as ONG ligadas à temática ambiental ganharam notoriedade, expressividade política e receberam grande quantidade de capital público e privado, já que o temor da destruição do mundo advinda de uma guerra nuclear era latente. Após a solução da questão entre EUA e URSS, os grupos ambientalistas perderam a principal justificativa para atuação política, campanha de preservação ambiental e recebimento de recursos para esses fins. Patrick Moore, cofundador e ex-presidente do Greenpeace, afirma que muitas mentiras foram criadas para a organização continuar a combater algo e, assim, continuar recebendo doações e concessões políticas. Devido a ação de ONGs como a WWF e o Greenpeace diversos acordos multilaterais foram firmados com o objetivo de limitar as atividades que causam impactos ambientais, sendo o tema mais recorrente a emissão de carbono. O Acordo de Paris é o mais conhecido desses acordos e tem como cerne a proibição dos países signatários de aumentarem a emissão de carbono no meio ambiente, o que impede o aumento da produção industrial (PARALELO, 2023).

No Brasil, a influência de ONGs ligadas ao movimento ambientalista tem chamado a atenção. O Senado Federal instaurou, em junho de 2023, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada investigar as atividades de organizações não governamentais financiadas com dinheiro público e do exterior. No escopo da investigação, está inserido ainda a verificação da concentração desses recursos em atividades-meio, o descumprimento da finalidade das ações para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, entre outras situações suspeitas as quais as ONG's encontram-se envolvidas (PARALELO, 2023 e SENADO FEDERAL, 2023).

O ex-Ministro da Defesa do Brasil e ex-Deputado Federal, Aldo Rebelo, foi ouvido como convidado na referida Comissão e criticou a atuação de ONGs na região amazônica. O ex-Ministro exerceu importantes cargos, tem conhecimento e experiência em assuntos relacionados ao meio ambiente, como por exemplo ter sido relator do Código Florestal. Ele afirmou que hoje a Amazônia convive com três Estados paralelos, o oficial, que segundo ele é o das prefeituras, agências e órgãos do governo. Já o segundo consiste no narcotráfico e no crime organizado. O terceiro seria o das ONGs, o qual Rebelo avaliou como o mais poderoso e importante, pois opera com ajuda do Estado. Segundo ele, as organizações utilizam recursos do Fundo Amazônia apenas para o cumprimento de interesses de agenda internacional, deixando de lado áreas importantes para o bem-estar da população como saúde e saneamento básico. O estado paralelo das ONG tem governando a Amazônia de fato e com o auxílio do Estado brasileiro. Instituições como o Ministério Público Federal, Polícia Federal, IBAMA e FUNAI têm trabalhado a serviço desses interesses (PARALELO, 2023 e SENADO FEDERAL, 2023).

Outro aspecto a ser levantado é a participação ativa do Presidente da República da França, Emmanuel Macron, no que diz respeito à temática ambiental, em especial, a proteção da Amazônia. Em 2019, no encontro da Cúpula do G7, que reúne os líderes das 7 (sete) potências econômicas, na França, afirmou que trabalharia para mobilizar os sete países na luta contra o incêndio na Amazônia e para investir no reflorestamento. “ A Amazônia é nosso bem comum. Estamos todos envolvidos, e a França está provavelmente mais do que outros que estarão nessa mesa [do G7], porque nós somos amazonenses. A Guiana Francesa está na Amazônia”, afirmou Macron. Em outras oportunidades, o Chefe de Estado francês

trabalhou para desgastar a imagem do Brasil perante o cenário internacional, explorando as queimadas na região amazônica como uma ameaça ao meio ambiente de nível global (G1, 2019, e PARALELO, 2022).

Uma das possíveis intenções de Emmanuel Macron com essa postura de agressão à política ambiental brasileira é a realidade do setor agropecuário europeu. Devido ao pequeno território e às condições desfavoráveis, como clima, legislação sanitária e ambiental muito restritas, a Europa encontra dificuldade para produzir alimentos. De todo o PIB da União Europeia, a agricultura ocupa apenas 1,1% (G1, 2019, e PARALELO, 2022).

Com isso, a UE precisa subsidiar a agricultura de seus países membros, repassando R\$ 7,35 bilhões por ano, somente para a França, país que mais recebe recurso com esse fim. Isso explica, em grande parte, a resistência demonstrada por Macron no que tange ao acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Situação que faria a Europa comprar mais produtos agrícolas por menores preços, retirando os incentivos para a produção local, prejudicando diretamente a França. Ademais, os produtores rurais do país pressionaram o governo quanto ao texto proposto para a implementação do acordo (G1, 2019, e PARALELO, 2022).

Além disso, a França possui empresas que exploram elementos encontrados no bioma da Amazônia, como é o caso do famoso perfume Channel nº 5, que utiliza do pau-rosa em sua produção. Visualizando uma maior liberdade para explorar esse potencial, Macron e seus adeptos tentam relativizar a soberania dos países detentores de Floresta Amazônica, com o escudo do discurso de preservação ambiental, procuram cancelar a internacionalização da região para atender aos interesses de Estados, políticos e empresários (G1, 2019, e PARALELO, 2022).

O ator norte-americano Leonardo DiCaprio é outra personalidade que vem ganhando notabilidade por seu ativismo ambiental. Em 2010, criou a Fundação Leonardo DiCaprio, arrecadando milhões de dólares para investimento em iniciativas de preservação do meio ambiente. Em 2014, DiCaprio foi nomeado como Mensageiro da Paz da ONU para o Clima e discursou no Climate Leaders Summit para milhares de espectadores sobre a importância de sua luta. Em 2016, o ator participou de protestos nos Estados Unidos para alertar sobre os riscos das mudanças climáticas. Em 2019, DiCaprio teve outro momento marcante em sua trajetória como ativista ambiental. Ao lado de Lauren Jobs, viúva de Steven Jobs, e do bilionário Brian Sheth, o ator criou a Fundação Earth Alliance. Em agosto daquele

ano, a iniciativa anunciou uma doação de 5 milhões de dólares para as ONGs ambientais e indígenas brasileiras para ajudar no combate das queimadas da Amazônia na época. Sua mais recente interação com o Brasil no que diz respeito ao tema foi o envio de uma carta aos candidatos à Presidência da República pedindo compromisso com a preservação da natureza, o respeito aos povos indígenas e o combate à crise climática, declarando ainda (CONEXÃO PLANETA, 2022 e VEJA 2022):

Tenho orgulho de estar ao lado do povo brasileiro convocando todos os 12 candidatos a presidente a se comprometerem publicamente com quatro ações críticas para o nosso planeta: acabar com o desmatamento, reduzir as emissões, respeitar os direitos e os territórios dos povos indígenas e fortalecer o sistema de áreas protegidas. Mostre seu apoio através da petição da @GLBLCTZN no link na minha bio (DICAPRIO, 2022).



Figura 3 - Leonardo DiCaprio e a ativista ambiental Greta Thunberg
Fonte: <http://revistaquem.globo.com>

O compromisso com a temática e a intenção de construção de um eco resort em Belize, pequeno país da América Central, soaram incoerentes. Em 2015, DiCaprio comprou uma ilha na região para construir seu próprio paraíso ecológico. A construção do hotel na ilha de Blackadore Caye tinha inauguração prevista para 2018 e depois foi postergada para 2020. O projeto enfrentou forte resistência das populações locais, moradores e pescadores, que temiam impactos negativos para o

meio ambiente. A ilha integra um ecossistema diversificado de espécies terrestres e marinhas que é reconhecido globalmente como parte do Corredor Biológico Mesoamericano. Apesar disso, a região sofre com erosão da costa e desmatamento de sua vegetação de mangue por anos. Segundo DiCaprio, seu complexo turístico para milionários ajudaria a restaurar a área, tornando-se um modelo de resort sustentável. É um empreendimento imobiliário misto, em que foram construídas casas para venda, no valor entre 5 e 15 milhões de dólares, e áreas para hospedagem (VEJA, 2022 e UM SÓ PLANETA, 2021).

Outra informação importante a se explorar é a participação do ator e ativista ambiental como sócio de um dos mais novos fundos americanos de investimento, o Regeneration VC, aberto com 45 milhões de dólares e voltado para empresas iniciantes, *startups*, inovadoras na produção de bens de consumo com tecnologias de captura e controle de emissões de gases de efeito estufa. Assim, percebe-se que o ativismo de Leonardo DiCaprio pode ser relacionado a interesses econômicos do próprio ator, que, por trás de um discurso legítimo e de fácil aceitação, articula-se para beneficiar-se das inovações necessárias para a preservação do meio ambiente (VEJA, 2022 e UM SÓ PLANETA, 2021).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 INFLUÊNCIA NEGATIVA DOS ATORES NA REGIÃO

A atuação de diversos Atores em prol da temática ambiental, colocou o Brasil no centro das atenções do mundo no que se refere a esse assunto nos últimos anos. Cientes de que a região amazônica possui um potencial econômico imensurável, mascaram suas verdadeiras intenções sob o discurso de preservação ambiental, em particular, a proteção da Amazônia.

Uma das consequências dessa abordagem, muitas vezes demagógica e falaciosa, é o desgaste político sofrido pelo Brasil, no que tange a preservação da floresta amazônica. No período entre 2019 e 2021, por exemplo, o país esteve sob forte ataque de diversas personalidades, instituições e nações devido ao surto de queimadas ocorrido naquele período. Em 2019, o Secretário Geral da ONU, António Guterres, declarou-se “profundamente preocupado” com as queimadas na Amazônia. Publicou em sua rede social: "Em meio a uma crise climática internacional, não podemos permitir que se produzam mais danos em uma importante fonte de diversidade e oxigênio". O ator Leonardo DiCaprio usou as redes sociais para questionar: “ De qual lado você está? Amazônia ou Bolsonaro?” Outra personalidade no assunto, Greta Thunberg, utilizou as redes sociais, a Cúpula do Clima em Nova York e até foi ouvida em sessão no Senado Federal brasileiro para emitir suas críticas à gestão do Brasil no que diz respeito à preservação da região amazônica. Essa avalanche de críticas causou um enorme desgaste político ao Brasil, o que dificultou as Relações Internacionais do País (UOL, 2020 e VEJA, 2021)

Em meio a essa crise, por exemplo, o Presidente da França, Emmanuel Macron, aproveitou a oportunidade para reforçar o seu veto ao Acordo União Europeia (UE)-MERCOSUL, alegando que o Brasil desrespeitava a Amazônia e o Acordo de Paris. O acordo firmado entre o Mercosul e a UE prevê, entre outros pontos, que 92% das exportações do bloco sul-americano para os 28 países-membros do bloco europeu sejam isentadas de impostos em um período de dez anos. A União Europeia iria retirar as tarifas sobre 91% dos produtos que exporta para o Mercosul no mesmo período. Outra consequência desse desgaste foi a proposta criada pelo Parlamento da União Europeia, em 2021, para rastrear as commodities importadas pelos países do bloco, com o objetivo de verificar se são originárias de áreas desmatadas. Tal proposta foi aprovada em maio de 2023 e pode

prejudicar a exportação brasileira de produtos como soja, borracha, carne bovina, madeira e café (VEJA, 2021 e EPBR, 2023).

Outra consequência do discurso indiscriminado de preservação ambiental, sem a adoção de iniciativa para desenvolver a região, é a ocorrência de garimpo ilegal nas regiões de preservação ambiental e Terras Indígenas. Geralmente localizadas em regiões ricas em recursos minerais, essas áreas tornam-se cobiçadas por garimpeiros, que aproveitam-se das grandes dimensões da Amazônia e facilidade de homizio que a cobertura vegetal oferece para explorarem indevidamente esses minerais. A extração ilegal de minerais, além de causar prejuízos ao meio ambiente local, como contaminação dos cursos d'água, assoreamento dos rios, desmatamento e destruição da fauna, traz consequências negativas para a população e poder público em geral. Os garimpeiros invadem as áreas de conservação ambiental e Terras Indígenas e lá estabelecem verdadeiros campos de mineração clandestinos, sem nenhuma fiscalização ou regulamentação do poder público. A população, normalmente vulnerável nesses locais, acaba refém das imposições e normas estabelecidas por eles, aceitando condições de trabalho injustas e tornando-se dependentes dessa prática predativa.

Exemplo disso, foi o que aconteceu recentemente com a Reserva Indígena Yanomami. Em 2020, o garimpo ilegal avançou 30% nessa área, causando crescimento da violência e disputa territorial, com armas, assassinatos e incêndios de aldeias. Paralelo a isso, a população Yanomami tem enfrentado um problema persistente de desnutrição infantil. Um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), divulgado em maio de 2020, apontou que 80% das crianças com menos de 5 anos, nas regiões de Auaris e Maturacá, sofrem de desnutrição crônica. Além disso, o relatório "Missão Yanomami" do Ministério da Saúde, aponta que a taxa de mortalidade infantil entre bebês Yanomami com menos de 1 ano atingiu 114,3 a cada mil nascimentos em 2020. Os dados mostram que a taxa é maior do que a registrada em Serra Leoa (África), país com o maior índice de mortalidade infantil no mundo, segundo a ONU. Ademais, as populações nesses locais de garimpo já estão apresentando sintomas de intoxicação por mercúrio. Em 2019, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) realizou um estudo na população Yanomami e constatou a presença de mercúrio em 56% das mulheres e crianças da região de Maturacá, localizada no estado do Amazonas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021).

Se essas áreas pudessem ser exploradas legalmente, o poder público normatizaria tal atividade. Seria feita um cessão para exploração de determinada área sob fiscalização ambiental, pagamento de royalties, geração de empregos com carteira assinada além de outras medidas que beneficiariam a economia local, o meio ambiente e a população, trazendo melhoria das condições de vida nesses locais. Como ilustração, pode-se citar o estado do Pará, grande beneficiado pela exploração legal de minerais da região de Carajás. O município de Canaã dos Carajás possui uma população de 77 mil habitantes e um PIB impulsionado pela mineração de aproximadamente R\$ 1,7 bilhões, o que resulta em um PIB per capita de R\$ 591.101,11, mais alto do que muitas regiões desenvolvidas. Como comparação, vale citar o PIB per capita de regiões ricas em minerais e que não são autorizadas a conceder licença de mineração por questão de preservação ambiental e dos povos indígenas, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira-AM, com PIB per capita de R\$ 8.133, 70, Pacaraima-RR, PIB per capita de R\$ 15.358,91 e São Marcos-RR, PIB per capita de R\$ 44.728,69 (IBGE, 2021).

Ademais, a manutenção da população residente na Amazônia abaixo do nível de qualidade de vida de regiões mais desenvolvidas, como a Sudeste, é outro resultado da campanha simplista de preservação do meio ambiente. Como exemplo, pode-se ver a discrepância de nível de desenvolvimento entre os estados da Amazônia Ocidental e São Paulo, estado mais desenvolvido do país. A média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados que englobam a Amazônia Ocidental está em torno de 0,683, relativamente, muito abaixo de São Paulo, que está com IDH de 0,783. Recordando que o IDH é um indicador de desenvolvimento que considera dados relativos à educação, saúde e renda de determinada região, pode-se concluir que aqueles locais com baixo valor nesse quesito estão deficientes nessas áreas. (IBGE, 2021).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Com objetivo de comparar os estados da Amazônia Ocidental com São Paulo, será disponibilizada a nota de cada estado da região e São Paulo, para enriquecer a análise. O Acre apresentou nota no referido índice de

5,4, o Amazonas com 5,3, Roraima com 5,3 e Rondônia com 5,3. São Paulo teve um dos melhores resultados do país, alcançando a marca de 6,1 (QEDU, 2022).

No que diz respeito ao quesito saúde, os estados localizados na Amazônia Ocidental também apresentam fragilidades quando comparados a regiões mais desenvolvidas. A taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida desses locais mostraram-se desfasadas em relação à porção mais desenvolvida do Brasil. No quesito mortalidade infantil, por exemplo, Roraima tem o índice de 18,8 bebês mortos por mil nascidos vivos. O estado do Amazonas é o 2º pior da região, com 17,9, seguido pelo Acre, com 16 e Rondônia com 12,3. A média brasileira é de 13,3, ficando São Paulo com 11 (BRASIL, 2021).

Quanto ao aspecto expectativa de vida, pode-se observar desvantagem dos estados da região em relação ao restante do país. A população residente em Roraima tem em média a longevidade de 71,8, a pior da região. Em seguida está Rondônia, com uma expectativa de vida de apenas 71,9 anos. O Amazonas é o terceiro, com 73,15 e o Acre é o melhor estado da região nesse assunto, com 75,3 anos. A média brasileira é de 77 anos, sendo que os melhores estados da federação chegam próximo aos 80 anos, como é o caso de Santa Catarina e São Paulo, com médias de 79,9 e 78 anos respectivamente (IBGE, 2019).

Isso tudo é resultado da dificuldade de desenvolver atividades econômicas e indutoras do desenvolvimento socioeconômico na região amazônica, especificamente na Amazônia Ocidental. Nos últimos anos, fruto da campanha exagerada e inconsequente, que encobre os interesses de cada ator já citado, esses estados e sua população acabam prejudicados. As iniciativas para desenvolvimento de projetos de exploração do solo, realização de obras de infraestrutura, ampliação da fronteira agrícola e outras esbarram no impedimento da preservação ambiental, criado pelos próprios Órgãos Governamentais como IBAMA e ICMBio, sob pressão de ONG's, mídia, estrangeiros e outros. Como exemplo, pode-se citar a obra da construção do Linhão de Tucuruí, que está parada desde 2011 por questão de licenciamento ambiental. A construção dessa linha de transmissão de energia elétrica é considerada estratégica haja vista que ligará o estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional, trazendo segurança energética e diminuindo os custos de geração. Atualmente o estado é abastecido por cinco usinas termelétricas, o que torna sua geração energética poluente e dispendiosa. Outro exemplo de iniciativa indutora de desenvolvimento para a região da Amazônia

Ocidental e que está parada por falta de licenciamento ambiental e sob forte discurso de preservação do meio ambiente é a reconstrução da BR 319, que liga Porto Velho-RO a Manaus-AM. A adequação dessa rodovia trará melhoria expressiva na circulação de produtos, capital e pessoas, além de ser uma alternativa terrestre para chegar em diversos municípios no trecho entre as duas capitais. Para se ter ideia, hoje, uma carga que sai de São Paulo e vai para Manaus demora em média 15 dias, pois depende de transporte de balsa em um intervalo considerável. Se a BR 319 fosse transitável, o trajeto seria percorrido em até 8 dias (PÉ NA ESTRADA, 2022).

Semelhante ao que ocorre com o garimpo ilegal, em que o ouro e outros minerais têm exploração proibida porém são extraídos de maneira ilegal pelos garimpeiros, as Organizações Criminosas identificaram diversas atividades lucrativas na região amazônica e passaram a ampliar suas atividades nesse ambiente. Numa atitude empresarial de diversificação de atividade e aproveitando-se do controle que passaram a exercer na região, esses grupos passaram a desenvolver atividades como extração ilegal de madeira, garimpo, grilagem e tráfico de animais silvestres (BBC, 2023).

Devido à proximidade com os grandes fornecedores da principal matéria prima do narcotráfico, a pasta base de cocaína, a região da Amazônia Ocidental tornou-se ponto estratégico para o crime organizado. Atualmente, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho, maiores facções criminosas do país, atuam nas capitais dos quatro estados da região com o PCC, principalmente, controlando as rotas de tráfico entre Bolívia, Peru, Colômbia e o Brasil. Já instalado na região, o crime organizado percebeu que poderia ampliar seus ganhos com atividades como extração ilegal de madeira, garimpo, grilagem e tráfico de animais. Fruto dessa prática predatória, diversas são consequências das ações dos grupos criminosos, sendo a degradação ambiental e o aumento da ocorrência de crimes os principais (BBC, 2023).

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas 2023, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), partes da região da bacia Amazônica estão no cruzamento de múltiplas formas do crime organizado, gerando devastação ambiental, prejuízos à segurança, saúde e bem-estar da população dessas regiões. Um dos dados mais preocupantes é o aumento exponencial das mortes violentas na região amazônica. Entre 1980 e 2019, a taxa de homicídios cresceu 260% nos

Estados da região Norte, enquanto no Sudeste esse índice caiu 19%. As populações das regiões fronteiriças, incluindo os índios, também são afetadas negativamente pela ação das facções criminosas, apresentando alto índice de contaminação por mercúrio, exposição à violência, alcoolismo, uso de drogas, enquanto que a população dos grandes centros vê o crescimento das áreas sob o domínio dessas facções (BBC, 2023 e ONU, 2023).

Esses são os prejuízos por deixar uma região com grande potencial econômico e com posição estratégica em relação aos países andinos imobilizada devido ao discurso da pura e simples preservação ambiental, a qual retira do Estado e da iniciativa privada a possibilidade de investir e desenvolver a região e acaba liberando importante ativo para ser explorado pela criminalidade (BBC, 2023 e ONU, 2023).

5.2 ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

O Estado brasileiro passou a inserir a região amazônica em suas políticas públicas com o intuito de desenvolver a região com mais ênfase a partir do século XX.

O deslocamento do centro dinâmico de como governar o território amazônico – anteriormente estabelecido por fortificações militares, por fluxos migratórios e por tratados internacionais - intensifica-se na década de 1930, quando o governo Vargas incorpora a Amazônia dentro de uma estratégia política de Estado. (MEDEIROS, 2016).

Iniciativas dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Governos Militares, principamnte, buscaram integrar a região amazônica ao restante do país. A Marcha para o Oeste (1938), o Movimento de Reconstrução Nacional, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a construção da Rodovia Belém-Brasília, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a construção da Rodovia Transamazônica ou BR-230, a criação do Programa Grande Carajás, a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e a inserção da cultura da soja na região são exemplos da institucionalização do ideal de desenvolver a região por parte do Estado.

O Ministério da Integração Nacional (MIN) foi criado em 1999 e tem a missão de promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do país, assegurando inclusão

socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população. Os principais instrumentos para a promoção das políticas de desenvolvimento da Região Norte ligados ao MIN serão abordados a seguir (GOVERNO FEDERAL, 2023).

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que tem por objetivo promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. A Autarquia desenvolve atividades em praticamente 59% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, considerando as riquezas naturais, os diferentes biomas, a diversidade econômica, sociocultural, étnica e o potencial geopolítico e estratégico da região. Frente ao desafio de colocar os instrumentos de desenvolvimento regional ao alcance de todos os segmentos sociais devido à grandiosidade da região amazônica e suas dimensões continentais, a Sudam conta com um corpo técnico e instrumentos de ação voltados para a inclusão produtiva, o fortalecimento da infraestrutura regional e ao estímulo à inovação e à bioeconomia para viabilizar investimentos, fortalecer as instituições locais e trazer inclusão social e melhoria da qualidade de vida à população que ali vive. (SUDAM, 2020).

O estabelecimento de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com o objetivo principal elevar a PNDR ao nível de política de Estado. Essa nova política deverá considerar as diversas escalas de desigualdade regional, bem como a articulação dos múltiplos agentes, com suas características e atribuições específicas, apontou como mais importantes princípios e diretrizes o entendimento da Amazônia como fronteira do desenvolvimento sustentável, onde devem ser estimuladas as atividades econômicas não ofensivas ao meio ambiente e ao modo de vida das populações locais. Também aponta como fundamentais a superação dos problemas fundiários e ambientais, a necessidade de observação dos interesses locais quando da instalação de grandes projetos de infraestrutura e a promoção da integração multimodal, com ênfase no transporte hidroviário. (BNDES, 2014).

O programa Territórios da Cidadania foi lançado em 2008, como objetivo de promover o desenvolvimento econômico e unificar programas básicos de cidadania. Na Região Norte, 26 territórios foram incluídos no programa. Os principais eixos de ação são o apoio a atividades produtivas, infraestrutura, cidadania e direitos. O

programa agrega diferentes ações coordenadas pelos órgãos executores, que em geral são os ministérios relacionados com os temas de interesse como saúde, educação e desenvolvimento social. No caso da Região Norte, 56% da população extremamente pobre reside nas áreas rurais, muitas vezes de difícil acesso e com pouca presença do Estado. Nesse caso, o Estado vai até a população mais pobre, com o intuito de localizar e cadastrar essas pessoas e identificar quais benefícios os cidadãos têm direito. Em parceria com o Plano Brasil sem Miséria (PBM) é feita a coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que configura uma ação do Territórios da Cidadania em todos os municípios selecionados na Região Norte e que se revela um meio de fortalecer agricultores familiares e comunidades indígenas. Como exemplos, entre os municípios abrangidos pelo programa Territórios da Cidadania na Região Norte, o BNDES já concedeu colaboração financeira não reembolsável com recursos do Fundo Social para cooperativa de piscicultores em Mâncio Lima-AC, cooperativa de beneficiamento de castanha-do-brasil em Manicoré-AM e cooperativa de produtores de leite em Brasileia - AC (BNDES, 2014).

No que se refere à identificação de oportunidades advindas da biodiversidade amazônica, convém destacar também a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na Região Norte. A Embrapa tem por estratégia buscar a compreensão e incorporação do bioma amazônico à economia nacional. A empresa incorporou a sua estrutura outras instituições que já atuavam na região – por exemplo, o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em 1939 com o objetivo de estudar a região, em especial a viabilização da cultura da seringueira e de outras plantas com potencial econômico. Como parte da programação, o pesquisador Roberto Porro, da Embrapa Amazônia Oriental, apresentou os resultados preliminares do projeto BIAmazon, que envolve as unidades da Embrapa na Amazônia e a sede e tem como objetivo construir um plano estratégico para a atuação da empresa na bioeconomia da região. A abordagem está pautada em economias focadas na sociobiodiversidade tendo como base o conhecimento tradicional e o diálogo com os conhecimentos científico e tecnológico. Os pesquisadores e diretores da empresa estatal defendem uma bioeconomia inclusiva, a partir do protagonismo de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares no ambiente de inovação. A Embrapa possui um centro de pesquisa em cada estado da Amazônia Legal e, além disso, outras 30 unidades

atuam em solo amazônico com projetos e pesquisa para a região, com foco para exploração de espécies nativas como açaí, castanha-da-amazônia, cupuaçu, guaraná, piscicultura e espécies florestais. O Brasil sediou a Cúpula da Amazônia nos dias 8 e 9 de agosto de 2023, em Belém - PA. Esse evento reuniu os chefes de Estado dos oito países que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) com o objetivo de definir uma política comum para o desenvolvimento sustentável da região e as propostas e pesquisas da Embrapa foram abordadas no encontro (EMBRAPA, 2023).

O papel do governo federal na promoção de uma política pública de desenvolvimento regional foi decisivo para o desenvolvimento industrial da Região Norte, especialmente do estado do Amazonas, em função da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Inicialmente, o objetivo de ampliar a produção industrial na Amazônia confundiu-se com a obtenção de maior conteúdo nacional, passando a orientar as diretrizes da ZFM. Desde os anos 1990, com a abertura comercial, o foco do incentivo ao Polo Industrial de Manaus (PIM) deslocou-se do aumento do conteúdo nacional para o incremento da competitividade, por meio do domínio progressivo da técnica produtiva, formalmente orientada pelo Processo Produtivo Básico (PPB) (BNDES, 2014).

Nos últimos anos, os objetivos da ZFM ampliaram-se. Hoje em dia, além de desenvolver a produção industrial, gerar empregos e incorporar etapas do processo produtivo, busca-se fomentar a absorção de competências organizacionais e tecnológicas. O objetivo é enraizar a produção local, de modo eficiente e sustentável, com agregação crescente de valor e desenvolvimento da capacidade de inovar, em linha com os objetivos do Plano Brasil Maior. Por essa razão, constam do Planejamento Estratégico da Suframa a atração de investimentos estratégicos para aumentar a densidade das cadeias produtivas e a competitividade do PIM e o incentivo às atividades de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), a fim de ampliar o estoque de competência tecnológica e a capacidade de inovação locais para competir no plano internacional, assim como para a conservação e aproveitamento da biodiversidade (BNDES, 2014).

A política tributária vigente na ZFM, nas três esferas de governo, diferenciada do restante do país, em adição aos locais, visa atrair investimentos pela minimização dos custos amazônicos. A atração de empresas para a ZFM, com a

consequente geração de empregos e dinamização econômica, acabou revelando-se uma estratégia positiva também do ponto de vista ambiental. Ao concentrar a população proporcionando uma alternativa de atividade produtiva, a ZFM acabou colaborando para a preservação da cobertura florestal no estado, uma vez que alivia a pressão sobre a floresta e canaliza recursos para atividades industriais (BNDES, 2014).

A Concessão Aeroportuária do Bloco Norte também foi outra iniciativa positiva do Estado brasileiro no sentido de desenvolver a região amazônica. O projeto em questão consiste na concessão para ampliação, manutenção e exploração de aeroportos da referida região. A melhoria na prestação dos serviços é percebida desde a primeira rodada de concessões aeroportuárias, em 2011, que originou investimentos significativos nos principais aeroportos da rede brasileira, beneficiando toda a malha aérea e reduzindo os índices de atrasos e cancelamentos a padrões melhores que as referências internacionais. Com investimentos para os 30 anos de concessão estimados em R\$ 1,6 bilhão, o Bloco Norte movimentou em 2019 cerca de 4,6 milhões de passageiros. Os aeroportos integrantes do bloco são: Aeroporto Internacional de Manaus, Aeroporto Internacional de Porto Velho, Aeroporto de Rio Branco, Aeroporto Internacional de Boa Vista, Aeroporto Internacional Cruzeiro do Sul, Aeroporto Internacional de Tabatinga, e Aeroporto de Tefé (BRASIL, 2021).

A importância do Bloco Norte se traduz na sua vocação econômica voltada ao turismo ecológico, turismo de negócios, táxi aéreo e transporte de cargas para a exportação. Além disso, a região serve como base de apoio aos municípios vizinhos, contribuindo para a integração regional e nacional.

5.3 ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército Brasileiro, instituição de Estado permanente, além de suas atribuições constitucionais, como a Defesa da Pátria, Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem, também tem como missão subsidiária cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, conforme prescreve a Lei Complementar Nr 97, de 9 de junho de 1999, que estabelece em seu artigo 16 (BRASIL, 1997):

Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República (BRASIL, 1997).

Nesse escopo, e coerente com o estabelecido na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro estabelece, por meio do PEEEx, alguns Objetivos Estratégicos (OEE), Estratégias, Ações Estratégicas e Atividades, no sentido de melhorar o controle, integrar e desenvolver a Região Amazônica, balizando suas ações destinadas a dotar a Força Terrestre de Capacidades que a tornem aptas a desempenhar sua missão constitucional e cumprir suas atribuições subsidiárias (BRASIL, 2020).

O Programa Calha Norte (PCN), criado em 1985 e integrado ao Ministério da Defesa desde 1999, tem a missão de contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável na sua área de atuação. O programa atende em duas vertentes, a civil e a militar, e baseia-se, principalmente, na implantação, ampliação e manutenção de unidades militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como no apoio aos polos irradiadores do desenvolvimento social sustentável na Amazônia Legal.

O Exército Brasileiro é colaborador ativo no programa, recebendo os recursos orçamentários do Ministério da Defesa para atendimento das metas estabelecidas nas respectivas ações do programa, buscando atingir seus objetivos estratégicos, a saber: aumento da presença do poder público; melhoria da infraestrutura nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico; desenvolvimento sustentável; ocupação de vazios estratégicos; melhoria do padrão de vida das populações; modernização do sistema de gestão municipal; e fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da região amazônica.

O Projeto Amazônia Conectada foi criado em 2015 e surgiu da necessidade de conectar as unidades do Exército Brasileiro espalhadas na Amazônia com canais de transmissão de dados de alta velocidade seguros e confiáveis. Demonstrada a complementaridade de interesses entre a defesa e a sociedade brasileira em geral, o projeto foi criado por meio de Portaria interministerial e passou a envolver os ministérios da Defesa, Comunicações e Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo a Defesa o órgão responsável pela coordenação geral. O Projeto Amazônia Conectada tem por finalidade expandir a infraestrutura de comunicações na região utilizando os leitos dos rios da Bacia Amazônica para a instalação de uma rede de fibra óptica e já contempla mais de 50 municípios ligados a Manaus por cerca de 7 mil km de infovias. Nesse contexto, o Exército Brasileiro encarregou-se

do Projeto Infovias, ficando encarregado de lançar parte da infraestrutura física dos cabos de fibra óptica submersos.

Além de aperfeiçoar a transmissão de informações do Exército e das demais Forças Armadas, a rede de comunicações estabelecida pelo projeto permite que outros órgãos da administração pública federal, estadual e municipal possam implementar políticas públicas em localidades antes não beneficiadas, gerando a inclusão digital de milhares de famílias. O Projeto que foi concebido com a finalidade de aperfeiçoar o comando, controle e comunicações do Exército Brasileiro, passou a alcançar a população da região contemplada com uma série de serviços propiciados pela existência de uma rede de dados de alta velocidade como internet, telemedicina, ensino a distância, além das valiosas interconexões entre saúde, segurança pública, trânsito e turismo, promovendo a integração e desenvolvimento desses locais.

As operações Verde Brasil 1 e Verde Brasil 2 foram Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) Ambiental desencadeadas pelo Governo Federal a partir de 2019. Com a determinação de combater os crimes ambientais na Amazônia as Operações apresentaram resultados expressivos. Com caráter interagências, envolveu diversos Órgãos como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e outros.

Nesse contexto, a atuação do Exército Brasileiro em Operação de Coordenação e Cooperação entre Agências foi determinante para achatar a curva do índice de desmatamento e diminuir os efeitos da forte campanha informacional que era desencadeada contra o Brasil naquele momento, que colocava em dúvida a capacidade do país de preservar o seu meio ambiente, em particular da região amazônica e prejudicava as Relações Internacionais da nação. O exímio planejamento e o rápido desencadeamento da operação, somado a presença das tropas e das agências causou um efeito dissuasório em grande extensão, evitando a ocorrência de diversos crimes ambientais, além de ter permitido ao Brasil iniciar uma campanha informacional no sentido de reafirmar sua capacidade de preservar o meio ambiente.

Outro exemplo de contribuição do Exército Brasileiro para o desenvolvimento da região amazônica foi o papel desempenhado pela Força Terrestre para o

desencadeamento da Operação Acolhida. A crise instalada na República Bolivariana da Venezuela, trouxe prejuízos econômicos e sociais nunca antes vistos naquele país, afetando diretamente a sua população. Fruto disso, nos anos de 2016 e 2017, houve um aumento significativo de imigrantes venezuelanos para o Brasil, através do estado de Roraima, iniciando, assim, uma crise migratória. O consequente aumento populacional desordenado e imprevisível, ocasionado principalmente na região de Pacaraima-RR, gerou reflexos negativos para a população local brasileira, sobrecarregando a rede de assistência de saúde, causando surto de doenças, aumentando da violência, sobrecarregando da rede pública de assistência social, causando desemprego e outros, além de gerar um problema de segurança pública e nacional devido ao descontrole daqueles que entravam no país.

Em 2018, a situação de emergência foi reconhecida pelo Presidente da República que, por Medida Provisória, determinou as ações a serem tomadas pelo Estado brasileiro no sentido de garantir o atendimento humanitário aos migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, principal porta de entrada da Venezuela no Brasil, criando a Operação Acolhida. O Exército Brasileiro ficou com a coordenação operacional para iniciar a Operação, o que significa que a Força foi responsável por idealizar e iniciar esta complexa Operação. A estratégia concebida foi a de somar os esforços das Forças Singulares com os Órgãos Governamentais, Organismos Internacionais de Apoio Humanitário e Organizações Não Governamentais (ONG) na preparação, montagem da estrutura e execução das ações de Ajuda Humanitária em Roraima. O Estado Final Desejado da Operação planejada foi o total ordenamento da fronteira, com um fluxo migratório controlado, os imigrantes assistidos nos diversos abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem. Para atingir a meta final foram elencados como objetivos recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar os imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária venezuelana.

Atualmente, a Operação Acolhida é uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil. A Acolhida cumpriu seu papel de oferecer assistência emergencial aos refugiados e imigrantes venezuelanos que entram no Brasil e impediu que se instalasse uma crise econômica e social no

estado de Roraima, graças ao desencadeamento oportuno e acertado iniciado pelo Exército Brasileiro e hoje continuado pelas diversas instituições participantes. Desde o início da crise migratória, estima-se que mais de 5 milhões de venezuelanos deixaram o país sendo que cerca de 264 mil entraram e permaneceram no Brasil (BRASIL, 2021).

Ademais, o Exército Brasileiro, por meio de sua Engenharia de Construção, tem contribuído para o desenvolvimento da região da Amazônia Ocidental com a realização de obras de infraestrutura. Em parceria com outros órgãos federais, como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os Batalhões de Engenharia de Construção (BEC) do Exército foram ferramentas importantes a partir da década de 1960, e levaram povoamento, desenvolvimento e integração para regiões antes isoladas do restante do país. Subordinados ao 2º Grupamento de Engenharia, sediado em Manaus-AM, são três os Batalhões de Engenharia de Construção localizados na Amazônia Ocidental, a saber: 5º BEC, sediado da cidade de Porto Velho-RO, criado em 1965, 6º BEC, sediado da cidade de Boa Vista-RR, criado em 1968 e o 7º BEC, situado da cidade de Rio Branco-AC, criado em 1969 (LEÃO, 2019).

O período do final da década de 1960 até o início dos anos 1990 foi marcado pela participação ativa dessas Unidades em obras de saneamento básico, construção e manutenção de estradas e aeroportos em toda a região. O 5º BEC por exemplo, foi fundamental na construção e manutenção da BR 364, que liga Porto Velho-RO a Cuiabá-MT, BR 230 (Transamazônica), no trecho Humaitá-AM - Lábrea-AM, e BR 319, no trecho Porto Velho-RO - Manaus-AM. O 6º BEC teve como responsabilidade a construção e manutenção de importantes trechos das BR 174 e 401, interligando os municípios do estado com a capital e tornando possível o transporte rodoviário entre Boa Vista e Manaus. O 7º BEC, a partir de sua criação, teve como uma de suas missões iniciais realizar diversas obras de pavimentação e saneamento básico na cidade de Cruzeiro do Sul, contratando mão de obra civil para essas atividades, o que possibilitou um desenvolvimento social e econômico para este município, já que as obras duraram mais de 20 anos. Outra obra de grande vulto que teve a participação do 7º BEC foi a implantação da BR 364, que atravessa o estado de oeste a leste, ligando Cruzeiro do Sul a Rio Branco, passando por uma série de municípios. A construção de infraestruturas como os aeroportos de

Cruzeiro do Sul e Rio Branco, também foram contribuições do 7º BEC para o estado do Acre (LEÃO, 2019).

Essas unidades de Engenharia do Exército Brasileiro desenvolveram um trabalho de construção da base da malha rodoviária desses estados, além de terem contribuído para criação de infraestruturas importantes para os estados da Amazônia Ocidental, aperfeiçoando a integração dessa região com o restante do país e elevando o nível de desenvolvimento social e econômico da população local. Atualmente esses BEC encontram-se envolvidos em diversas obras de manutenção e aperfeiçoamento da estrutura rodoviária da região, demonstrando a importância que a Força Terrestre ainda tem para o progresso da Amazônia Ocidental.

6. CONCLUSÃO

A Amazônia Ocidental, constituída pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, abarca cerca de um quarto do território nacional. Adicionada à sua elevada extensão territorial está sua importância estratégica, já que essa região é caracterizada pela presença de imensa diversidade biológica, pelo grande potencial econômico a ser explorado, além de abrigar importantes recursos naturais, como minérios, madeiras nobres e combustíveis fósseis. A importância estratégica da Amazônia Ocidental também está relacionada à sua proximidade com relevantes países vizinhos, como Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela, tornando-se um vetor para as Relações Internacionais entre o Brasil e esses Estados que compartilham tão peculiar região.

O cenário mundial que se apresenta nas primeiras décadas do século XXI é de disputa de poder e interesses, sendo bastante intenso entre as grandes potências como Estados Unidos da América, China, Rússia, Reino Unido e países da União Europeia. Na busca pela manutenção do *status quo* e seus respectivos estágios de desenvolvimento, essas nações pelem por áreas de influência, com objetivo de preservarem e ampliarem seus acessos a recursos naturais, mercados consumidores e rotas comerciais. Somado a isso, tem-se a atuação de atores não estatais como Organismos Internacionais, indivíduos de alta visibilidade e credibilidade, Organizações Não-Governamentais, Crime Organizado e outros, que tornam o concerto internacional ainda mais complexo. Temas como preservação do meio ambiente, aquecimento global, imigração e outros permeiam esse cenário internacional embaraçado e colocam, por vezes, países como o Brasil no centro das discussões.

Nesse sentido, o presente estudo teve a finalidade de identificar os interesses e as formas de atuação de atores internos e externos que impactam negativamente o nível de desenvolvimento social e econômico dos estados situados na Amazônia Ocidental brasileira. Buscou-se verificar os impactos negativos que a atuação desses atores causa aos estados localizados na referida região e identificar as formas que o Estado Brasileiro tem encontrado para mitigar esses efeitos desfavoráveis ao desenvolvimento socioeconômico da região, deixando como conclusão sugestões para esse fim.

Assim, foram levantados os principais atores que atuam sob o manto do discurso de preservação ambiental e que causam influência, muitas vezes negativas,

para o Brasil. Nesse escopo, identificou-se a atuação de países desenvolvidos a partir do final do século XX, com atividades ligadas à promoção de Conferências, Tratados com enfoque no meio ambiente, criação do Fundo Amazônia, imposição de barreiras sanitárias e alfandegárias a produtos primários entre outras, com o objetivo de limitar as atividades que causam dano ao meio ambiente, mas que no fundo, têm o intuito de manter o baixo grau de industrialização e dificultar os três setores da economia das nações em desenvolvimento. Conclui-se que, o cerne dessas medidas tem por finalidade proteger a economia desses Estados desenvolvidos, haja vista que o crescimento industrial, a ampliação da produção agropecuária e do extrativismo mineral e vegetal prejudicariam severamente os interesses das atuais potências.

Além disso, foi demonstrado como a ação de indivíduos pode ser nociva à consecução dos objetivos nacionais e prejudicar a Amazônia Ocidental. Como ilustração, apresentou-se a ativista socioambiental sueca Greta Thunberg e o ator norte-americano Leonardo DiCaprio. A influência de indivíduos como eles passou a ser mais efetiva com o advento das redes sociais, a partir da segunda década do século XXI. Protegidos com o discurso facilmente defensável de proteção do meio-ambiente, dos povos originários e exigindo medidas para deter o aquecimento global, frequentemente escondem interesses econômicos muito convenientes. É o caso dos dois anteriormente citados, que possuem ligação direta ou indireta com iniciativas pioneiras de renovação da matriz energética como é o caso de Greta e sua possível ligação com os empresários multimilionários Ingmar Rentzhog e George Soros e DiCaprio com sua participação no fundo americano de investimento voltado à produção de bens de consumo com tecnologias de captura e controle de emissões de gases de efeito estufa, o Regeneration VC.

Conclui-se, ainda, que a atuação desses diversos atores pode ser interpretada como uma ação diversionária que, por meio de uma causa aparentemente voltada para a simples preservação do meio ambiente, atua de forma a defender interesses muito bem definidos, causando enfraquecimento do Brasil no âmbito internacional, ameaçando a sua soberania, na medida que busca dividir a responsabilidade pela Amazônia, mantém a população da região em nível de desenvolvimento primitivo, afastada dos níveis de desenvolvimento social, econômico e científico-tecnológico já alcançados pelo restante do país. Em certos casos, populações ribeirinhas, das periferias e que vivem em reservas indígenas acabam isoladas e ganham diversos

intermediadores com intenções veladas, ficando privadas, principalmente, de interação cultural, educacional e econômica, o que dificulta sua emancipação em relação ao Estado e às ONG's.

Como sugestão ao Estado brasileiro, este trabalho concluiu que iniciativas como a criação da Zona Franca de Manaus, o desenvolvimento de pesquisas voltadas à região pela Embrapa e a criação de Órgãos Governamentais dedicados ao desenvolvimento e integração da Região Amazônica ao restante do país são boas práticas que deveriam ser ampliadas e replicadas. Dessa maneira, seriam criados diversos polos de desenvolvimento e urbanização, que iriam atrair investimentos e gerar riqueza, principais vetores de desenvolvimento econômico e social para qualquer lugar.

Criar uma política desenvolvimentista de exploração sustentável de minérios e metais preciosos na Amazônia Ocidental e que não prejudique em demasiado o meio ambiente, também é outra forma do Estado Brasileiro promover o desenvolvimento socioeconômico dos estados localizados na região. Tal iniciativa colocaria diversos garimpeiros em situação legal, permitindo a exploração dos locais ricos em minérios sob fiscalização ambiental e geraria recursos para os cofres públicos mediante o pagamento de royalties. Aliado a isso, empregos com carteira assinada seriam criados, a renda per capita da população seria elevada e diversas outras consequências positivas beneficiariam a economia local, o meio ambiente e a qualidade de vida, trazendo evolução no estágio de desenvolvimento desses locais.

Outra sugestão ao Brasil é o incremento de investimentos em pesquisas voltadas ao aumento das possibilidades de aproveitamento dos recursos que a floresta amazônica oferece, sem provocar desmatamento. Empresas como a Embrapa já atuam na produção desse conhecimento, porém, cabe ao Estado brasileiro promover uma ampliação nesse aspecto, haja vista que já existem diversos estudos que apontam uma maior valorização e rentabilidade da floresta em pé. Dessa forma, resta ao Brasil adequar-se a esse contexto de pesquisa e inovação, o que diminuiria o desgaste político do país no âmbito internacional e aumentaria as possibilidades de geração de riqueza e desenvolvimento para a região da Amazônia Ocidental.

Ao Exército Brasileiro, como principal sugestão, aponta-se a construção de um projeto sólido de desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Sabe-se que os militares são exímios planejadores e estrategistas, além do que, observa-se ao longo da

história do Brasil que no período dos governos militares a região amazônica passou por um crescimento exponencial em população, urbanização, industrialização e criação de infraestruturas que possibilitaram maior integração e desenvolvimento. Dessa forma, o Exército Brasileiro ficaria responsável pela concepção de um projeto com medidas a serem adotadas a curto, médio e longo prazo, a ser discutido e trabalhado no âmbito dos três poderes da nação de forma a perdurar quais quer que forem os governos eleitos, de forma a se tornar um projeto de Estado. Com isso, o Brasil construiria uma política sólida de desenvolvimento da região da Amazônia Ocidental, indiferente às pressões internas e externas a respeito da preservação do meio ambiente, possibilitando o desenvolvimento social e econômico da região.

Outra contribuição vital que o Exército Brasileiro poderia fazer é a concepção de um Plano Comunicação Estratégica com o intuito de obter maior liberdade de ação para a exploração sustentável do potencial da Amazônia. À Força Terrestre caberia mapear os públicos-alvo existentes empregando operadores psicológicos e outros especialistas visando traçar os perfis e ideias-força para fortalecimento de narrativa. Os produtos das campanhas seriam disseminados pelos principais meios de comunicações nacionais e internacionais, buscando ainda recrutar e utilizar os formadores de opinião e as mídias mais influentes para fortalecer as narrativas. Esse esforço seria implementado com as diversas capacidades que o Estado possui, aplicando sua influência e recursos para obtenção dos apoios necessários e fortalecendo a campanha desenhada pelo Exército, contribuindo para a obtenção da legitimidade e liberdade de ação para o Brasil na exploração dos recursos encravados na Amazônia e no desencadeamento de projetos indutores de desenvolvimento para a região.

Por fim, fruto do estudo em tela, infere-se que a atuação de atores internos e externos tem influenciado negativamente o desenvolvimento dos estados da Amazônia Ocidental, o que requer esforço do Estado brasileiro para firmar uma política de desenvolvimento que integre e equalize a economia e as condições de vida da população da região às regiões mais ricas do país, sem ceder às pressões internas e externas que fragilizam as iniciativas que promovem a prosperidade para esta porção do território nacional.

REFERÊNCIAS

ANGELINI, Marcelo Boito. **Soberania: A problematização da Amazônia e sua importância nas questões de segurança do Estado**. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2004.

BANCO MUNDIAL. **GINI index (World Bank estimate)** - Brazil. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **O que é e como funciona o clube formado por bilionários como Mark Zuckerberg e Bill Gates**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44633371>. Acesso em: 19 jul 2023.

_____. **Facções controlam tráfico e financiam crimes ambientais na Amazônia, diz pesquisador**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cje53pd1337o>. Acesso em 28 ago 2023.

BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. ed. RJ: Garamound, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 356, de 7 de março de 1968**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 mar. 1968. Seção 1, p. 2603

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília, 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Nr 37**. Brasília, 2021.

CASTRO, Therezinha de. **Amazônia-Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____, Therezinha de. **Amazônia: história, meio ambiente e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 231 p.

CONEXÃO PLANETA. **Leonardo DiCaprio apoia campanha que pede compromisso dos presidentes com o meio ambiente, os povos indígenas e o clima**. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/leonardo-dicaprio-apoia-campanha-que-pede-compromisso-dos-presidenciais-com-o-meio-ambiente-os-povos-indigenas-e-o-clima/#fechar>. Acesso em 29 jul 2023.

EMBRAPA. **Embrapa prepara contribuições para a Cúpula da Amazônia.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/81525755/embrapa-prepara-contribuicoes-para-a-cupula-da-amazonia>. Acesso em: 29 jul 2023.

EPBR. **Europa aprova regras contra produtos do desmatamento.** Disponível em: <https://epbr.com.br/europa-aprova-regras-contra-produtos-do-desmatamento/>. Acesso em: 23 ago 2023.

GLOBO.COM (G1). **Para Macron, Amazônia é 'bem comum' e pede 'mobilização de potências' contra desmatamento.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/24/para-macron-amazonia-e-bem-comum-e-pede-mobilizacao-de-potencias-contra-desmatamento.ghtml>. Acesso em 25 jul 2023.

GREENPEACE. **Desmatamento na Amazônia 2018-2019.** São Paulo: Greenpeace, 2019. Disponível em: https://www.greenpeace.org.br/wp-content/uploads/2019/07/RelatorioDesmatamentoAmaz%C3%B4nia_2018-2019.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Ferramenta de pesquisa.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 19 abr. 2023

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Atividades econômicas na Amazônia.** [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/licitacoes-e-autorizacoes/atividades-economicas-na-amazonia>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Instituto Socioambiental. **Cicatrizes na floresta: garimpo avançou 30% na Terra Indígena Yanomami em 2020.** Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cicatrizes-na-floresta-garimpo-avancou-30-na-terra-indigena-yanomami-em-2020>. Acesso em: 23 ago 2023.

LEÃO, Edésio Meneses. **A participação das unidades de Engenharia de Construção na integração da Região da Amazônia Brasileira do período dos Governos Militares aos dias atuais.** 2019. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

MAIA, Diego Mendonça. **O Valor Geopolítico da Amazônia Brasileira e seus Impactos para a Defesa Nacional.** ECEME, 2019.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima. **Governo da natureza (parte II): a construção de uma Amazônia geopolítica.** Universitas JUS, v. 27, n. 1, p. 143-161, 2016.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica.** Brasília: SENAC, 1993.

_____, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

Monteiro, Gustavo Henrique do Nascimento. **Os reflexos da estratégia de Defesa na região amazônica no desenvolvimento de sua integração regional no século XXI**. ECEME, 2020.

PARALELO, BRASIL. **A Amazônia é o pulmão do mundo?" Conheça o que está por trás dessa afirmação.** Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/amazonia-pulmao-do-mundo>. Acesso em: 25 jul 2023.

PÉ NA ESTRADA. **Ibama fornece licença prévia para reconstrução da BR-319, no Amazonas. Será que resolve o problema de abandono da rodovia?** Disponível em: <https://penaestrada.com.br/ibama-fornece-licenca-previa-para-reconstrucao-da-br-319-no-amazonas-sera-que-resolve-o-problema-de-abandono-da-rodovia/>. Acesso em: 28 ago 2023.

PINHEIRO, Antônio Fernando P. **Recursos minerais na Amazônia, relativização da soberania e conflitos ambientais, 2016.** Disponível em <https://www.ambientelegal.com.br/recursos-minerais-na-amazonia-e-o-ilusionismo-ambientalista/>. Acesso em: 19 abr 2023.

POLITIZE. **Quem é Greta Thunberg? Conheça a ativista socioambiental.** <https://www.politize.com.br/greta-thunberg/>. Acesso em 19 jul 2023.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório PNUD sobre a Amazônia.** Brasília: PNUD, 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/amazonia/Relatorio%20PNUD%20Amazonia.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Amazônia: perspectivas e desafios para o século XXI.** [S.I.]: PNUMA, 2005. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/24614/PNUMA_Amazonia_ingles.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 abr. 2023.

QEDU. **Brasil - IDEB por estado.** Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb/estados>. Acesso em: 24 ago 2023.

RAINFOREST FOUNDATION. **Sobre nós.** [S.I.], 2023. Disponível em: <https://rainforestfoundation.org/>. Acesso em: 19 abr 2023.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A Questão Geopolítica da Amazônia. Da soberania difusa à soberania restrita.** Edições do Senado Federal. Vol. 64. 2005.

SENADO FEDERAL. **CPI das ONGs.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2597>. Acesso em: 24 jul 2023.

SILVA, E. C. **Desenvolvimento da Amazônia: a complexa relação entre o nacional e o regional**. Programa de Pós-graduação em história (UFU). 2014.

UOL. **Leonardo DiCaprio critica novamente conduta de Bolsonaro em relação à floresta amazônica**. Disponível em: <https://hugogloss.uol.com.br/brasil/leonardo-dicaprio-critica-novamente-conduta-de-bolsonaro-em-relacao-a-floresta-amazonica-de-qual-lado-voce-esta-ministro-do-meio-ambiente-rebate/>. Acesso em: 23 ago 2023.

UM SÓ PLANETA. **Famoso pelo ativismo ambiental, Leonardo DiCaprio enfrenta "saia justa" por planos de construção de Eco Resort**. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2021/07/13/famoso-pelo-ativismo-ambiental-leonardo-dicaprio-enfrenta-saia-justa-por-planos-de-construcao-de-eco-resort.ghtml>. Acesso em: 29 jul 2023.

VEJA. **Leonardo DiCaprio, o investidor: “Precisamos de visão de futuro”**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/di-caprio-o-investidor-precisamos-de-abordagens-com-visao-de-futuro>. Acesso em: 29 jul 2023.

_____. **França diz que não assina tratado com Mercosul na atual condição ambiental**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/franca-diz-que-nao-assina-tratado-com-mercosul-na-atual-condicao-ambiental>. Acesso em: 23 ago 2023